

O SR. FREDERICO D'AVILA - PL - Sra. Presidente deputada Edna Macedo, prezados colegas, o Coronel Telhada falou uma verdade aqui: eu assisti muito ao Carrossel e se não fossem os dubladores não ia dar para entender tudo, porque o espanhol do México não é fácil. Deputada Edna Macedo, que preside esta sessão, ontem nós tivemos aqui na nossa sessão extraordinária a discussão e também os encaminhamentos do PL 277.

E nós tivemos aqui um batalhão de gente que foi conclamado com certeza pelo PT, pelo PSOL, pelos partidos de esquerda para fazer aquele barulhão aqui na Assembleia Legislativa. E aí eu fiz aqui algumas afirmações e eles não gostaram - nem eles e nem as bancadas dos partidos de esquerda.

E consequentemente - aprendi aqui com o Coronel Telhada - a gente tem que desmentir algumas situações, porque o pessoal conta umas histórias aqui e quando a gente vai ver o pessoal aqui vem com a maior cara de pau dizer que é mentira, e não é. Eu vou aqui ler para a senhora e para todos aqueles que nos assistem, professora Janaina, deputada Edna Macedo, Coronel Telhada e todos que nos assistem pela TV Assembleia.

Olhem aqui, eu vou dar os sete senadores que votaram contra a redução do ICMS dos combustíveis, os senadores do PT: Fabiano Contarato, do Espírito Santo; Humberto Costa, de Pernambuco; Jaques Wagner, da Bahia; Jean Paul Prates, do Rio Grande do Norte; Paulo Paim, do Rio Grande do Sul; Paulo Rocha, do Pará; e Rogério Carvalho, de Sergipe. Então sete senadores do PT votaram contra a redução do ICMS dos combustíveis - isso só do PT.

Tem senadores do PSB, tem senadores do PMDB e de outros partidos de esquerda. Mas o PT veio aqui e a deputada Márcia Lia, que inclusive eu vou ter que representar contra ela, porque até o Coronel Telhada e o deputado Gilmaci ontem foram testemunhas quando ela desceu e me chamou de palhaço porque eu falei que o pessoal estava virado para Meca, e aí era o Major Mecca, e ela me chamou de palhaço.

Mas então como eles gostam muito de acionar a gente, Coronel Telhada - acionaram o senhor, o deputado Wellington, o deputado Gilmaci - nós vamos colocar lá no Conselho de Ética, porque ela vai ter que explicar.

Se aqui tem palhaço, eles devem fazer parte do circo também, inclusive eles do PT, porque fizeram o maior circo aqui. Mentiram aqui para todos dizendo que não votaram pela redução do ICMS, o que é verdade.

Está aqui, li os nomes dos senadores. É só constatar lá no espelho de votação do Senado Federal. Então não vão ganhar no grito. Eu não faço essa oposição barata que eles fazem. É para ser contra qualquer coisa só porque é do governo ou de iniciativa de algum parlamentar do governo. O 277 não é um projeto excelente, é um projeto bom.

Poderia ser melhor e vai dar ao produtor rural não só do Pontal do Paranapanema, mas a todos os produtores assentados do estado inteiro que têm problema de regularização fundiária o direito desses produtores, Coronel Telhada, de terem acesso ao crédito, terem acesso ao seguro rural, aos programas estaduais da agricultura familiar, aos programas federais da agricultura familiar e à extensão rural.

Uma vez que você é dono... É que nem quando a gente mora em casa alugada. Quando a gente mora em casa alugada a gente não quer gastar muito porque o imóvel não é nosso. Depois que é nosso a gente faz a churrasqueira, faz a piscina, faz o jardim, faz um quarto a mais, a gente investe na nossa moradia.

No ambiente rural é a mesma coisa. O produtor que é dono daquele lote, daquele sítio, daquela gleba, ele vai investir, porque ele acaba virando o dono. O que eles querem aqui, esse pessoal que ficou gritando aqui ontem, é que eles não querem que essas pessoas sejam libertas, deputada Edna, dos grillhões do MST e da esquerda.

Uma vez que eles ganharem o título definitivo, como tem feito o maior reformador do campo do Brasil, que se chama Jair Bolsonaro, que já deu 360 mil títulos de terra desde 2019, então agora vamos chegar ao final do ano com 480 mil títulos de terra, Coronel Telhada.

Então é uma satisfação muito grande a gente observar esse número e ver que no governo Fernando Henrique, Lula um e dois, Dilma um e meio e Temer não deu o total de títulos que o presidente Jair Bolsonaro deu nesses três anos e seis meses de governo.

E aqui queria pedir a gentileza de o vereador Galo, de Palmital, ali se levantar, para dar um tchauzinho ali, o vereador Galo aqui visitando a nossa Assembleia Legislativa, representando a nossa querida Palmital. E dizer que Palmital conte sempre com o nosso apoio.

Foi representada, Coronel Telhada, pelo seu colega de partido por muitos anos na Câmara Federal, o deputado Cunha Bueno, que tem propriedade lá na região, e que o vereador Galo aqui sempre trazendo as demandas da região ali do nosso oeste paulista.

Então um abraço a Palmital e toda a região ali de Assis, Cruzália, Pedrinhas, Paraguaçu, enfim. Um forte abraço a todos. Obrigado pela visita, vereador Galo.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Com a palavra a nobre deputada Janaina Paschoal.

Vereador Galo, seja muito bem-vindo à nossa Casa. Um abraço a todos de Palmital.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, Sra. Presidente. Não, eu queria na verdade tentar explicar para a população um pouquinho desse projeto que está sob votação aqui na Casa e, de maneira muito sincera, dizer que eu ainda estou pensando.

Eu fiquei ontem ali ouvindo as discussões, fiz uma reunião, vários prefeitos do Pontal vieram para pedir a favor desse projeto. Eu queria contar um pouquinho o histórico, porque provavelmente volta a discussão esta noite, quem nos assiste pode escrever trazendo a sua colaboração.

Como é que começa essa história, tá? Povo menos para mim. Eu estava visitando a cidade de Rosana, estava na Câmara Municipal de Rosana, porque sempre que eu visito uma cidade eu procuro agendar uma ida à Câmara, porque entendo que a Câmara é a instituição que representa todos aqueles municípes, porque são os Srs. Vereadores.

Então eu estava dentro da Câmara de Rosana quando alguns vereadores e municípes começaram a dizer: "Doutora, a senhora apoia o projeto que vai chegar, que já chegou lá na Assembleia?"

Eu falei: "Que projeto?" Como eu acompanho o que entra, pelo "Diário", eu falei: "Que projeto?" "Ah, o projeto para regularizar os nossos lotes aqui." Eu falei: "Olha, não chegou nada disso." "Chegou. Chegou." Eu falei: "Não chegou". Aí, liguei aqui, confirmaram que não tinha chegado.

Aí, a gente entendeu o que tinha acontecido: no momento em que eu estava em Rosana, na Câmara de Vereadores, o secretário da Justiça, o Dr. Fernando José da Costa, estava fazendo uma solenidade para mandar para esta Casa o tal do projeto para a regularização, que é o Projeto nº 410, de 2021, que já foi votado e já virou lei.

Esse projeto veio aqui para a Casa para regularizar pequenos lotes de assentados. Pequenos lotes. Foram feitas audiências públicas, eu acompanhei. Eu creio que foram mais de dez horas de debates só em audiência pública, fora o que foi debatido aqui no plenário, porque esse trabalho, presidente, o povo não vê, quando a gente está nas reuniões técnicas

E eu ouvi muitas pessoas. Neste momento que eu narrei do início da nossa conversa, quando eu estava lá em Rosana, isso não estava no meu planejamento, mas nós pegamos o carro e fomos visitar os assentamentos.

Eu ouvi os assentados, ouvi depoimentos de toda ordem. A gente, que é parlamentar, tem que sempre ouvir com muito respeito, mas nunca pegar uma versão. Então eu ouvi pessoas reclamando, por exemplo, do trabalho do Itesp, eu ouvi pessoas

elogiando, eu ouvi pessoas reclamando da interferência do MST naquela área, e a gente ouve todas as partes e procura tirar um caminho do meio, vamos dizer assim.

Nessas audiências públicas muitos representantes do MST foram ouvidos, manifestaram-se. Eles eram contrários à aprovação do Projeto 410, eles preferiam continuar, vamos dizer assim, como assentados com alguns direitos a mais, mas sem ter o domínio, sem ter o documento do terreno.

E aqueles assentados que queriam o documento do terreno, diziam assim: "Não, nós precisamos do documento para poder pegar esse título e ir até o banco, abrir ali uma linha de crédito, comprar um tratorzinho, comprar semente, ou seja, fazer aquela terra produzir".

E como eu já tinha acompanhado toda a questão da discussão sobre a extinção do Itesp, e naquele momento todos os que defenderam o Itesp diziam que o desejo era libertar os assentados, e não escravizá-los, eu decidi, feitos alguns ajustes no texto, por votar a favor daquele projeto.

Nós votamos a favor daquele projeto, ele é lei, mas ainda estamos aguardando a regulamentação. Então essa é uma das críticas que eu faço ao projeto que está em apreciação aqui na Casa hoje, porque ele trata de áreas maiores, ele trata de áreas maiores, e a crítica que eu faço, e fiz perante o líder do governo, foi a seguinte: como é que a gente vai votar um projeto referente às áreas maiores se o governo não conseguiu sequer regulamentar essa regularização das áreas menores.

Eu estou acompanhando essa questão junto ao Itesp. O presidente do Itesp, o presidente ou secretário esteve aqui numa audiência pública que fizemos aqui ao lado do plenário. Ele disse que já saiu do Itesp o texto, já passou pela Secretaria da Justiça e estaria na Procuradoria de Estado.

Vossa Excelência me permite terminar?

Então, a primeira coisa que eu quero externar aqui: o meu inconformismo de haver uma lei aprovada, já há alguns meses, e o que era emergencial, que era regularizar esses lotes, ainda não ocorreu por omissão do governo, porque o regulamento não saiu. Então esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto: durante a tramitação do 410, veio uma emenda apresentada pelo deputado Bragato, que é um deputado que todos nós respeitamos muito, em especial pela sua experiência, para regularizar terrenos maiores, lotes maiores, lotes que estavam sub judice, em discussões se seriam do Estado, se não seriam do Estado, o Estado pedindo o lote de volta, as pessoas pedindo para delimitar, então lotes maiores.

Naquela oportunidade, eu entendi que nós estávamos misturando assuntos, que nós tínhamos que primeiro resolver a questão dos loteados, os loteamentos menores para depois discutir essa situação, que é mais uma situação de conciliação judicial do que de regularização propriamente dita, porque se faz menção específica a processos que recaem, a disputas processuais que recaem sobre determinados lotes de terra.

Então, foi retirada a emenda e eis que surge esse projeto agora de autoria de vários colegas deputados, que todos nós também respeitamos. Num primeiro momento, eu fui contrária a nós votarmos esse projeto antes da regulamentação da 410. Aí eu estava aqui, na semana passada, vários colegas vieram e disseram: "Doutora, os prefeitos do Pontal estão reunidos". Eu achei até que era online, mas não, os prefeitos estavam todos aqui, na Presidência.

Aí eu subi para conversar com os prefeitos, outros colegas também. Fizemos a reunião com os prefeitos. Todos os prefeitos do Pontal vieram pedir para aprovar esse projeto, porque segundo eles, existe uma situação de anomia, ou seja, de falta de norma, invasões em cima de invasões e terras que podem ser produtivas e gerar empregos sob judice. E famílias que são proprietárias dessas terras há décadas com medo de investir.

Eu acho que vou me inscrever de novo, para poder... Acabou? A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Está na hora de passar para o Grande Expediente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Eu peço uma comunicação?

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Vossa Excelência quer trocar comigo?

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Vossa Excelência é a primeira?

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Eu não sou a primeira, mas eu estou inscrita no Grande Expediente.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Pode ser. Ou eu peço uma comunicação, só para fechar, se for possível.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Pode ser.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - PARA COMUNICAÇÃO - Obrigada. Peço desculpas por tumultuar a sessão.

Os prefeitos vieram e falaram assim: "Doutora, todas as cidades do Pontal estão sofrendo por força dessa falta de clareza, essa falta de segurança jurídica, porque muitas vezes a pessoa está produzindo, tem uma fazenda, que o pai ou o avô já compraram, aí ninguém reconhece a documentação. O Estado vem, quer tomar, não paga as benfeitorias.". Veio até um presidente de ordem da localidade dizer que depois de um precedente do Supremo passaram a pagar as benfeitorias.

Então, assim, todos vieram pedir em prol do projeto. Ontem os senhores repararam que eu fiquei ali, eu não obstruí, dei presença, mas eu ainda tenho algumas dúvidas. Por exemplo, em 2020 houve uma alteração de uma legislação federal tirando, vamos dizer assim, as limitações para estrangeiros comprarem terras no Brasil.

A princípio esse projeto é para regularizar situações de brasileiros, sejam brasileiros natos, brasileiros que viraram brasileiros por estarem aqui por muito tempo, que produzem, geram emprego, produzem alimentos internamente ou mesmo para exportar, mas isso gera emprego, gera riqueza para o País.

Eu tenho alguma preocupação porque esses projetos, como este que a gente está votando, começaram a aparecer em várias unidades da Federação, ou concomitantemente, ou depois dessa alteração no âmbito federal. E não tem aqui uma vedação muito clara de a pessoa que regulariza logo depois vender, por exemplo, para algum estrangeiro, independentemente qual seja a finalidade.

Com isso eu quero deixar muito claro que eu não tenho nenhum tipo de preconceito com quem quer que seja. O Brasil é o País mais - ou deveria ser - aberto para que as pessoas venham a se tornar brasileiras, mas eu tenho essa preocupação.

Então eu queria externar essa preocupação, explicar que eu estou ouvindo as discussões, estou avaliando como votar, que eu não vejo esse projeto, em um primeiro momento, como um projeto para dar terra para milionário, são pessoas que estão produzindo, mas eu gostaria de ter um pouco mais de segurança para aprovar esse texto.

O número do projeto é 277, de 2022. Caso alguém queira entrar nas nossas páginas da Assembleia, ler o texto, se manifestar, os nossos e-mails estão disponíveis.

Muito obrigada, Sra. Presidente, pedindo desculpas pelo abuso.

A SRA. JANAINA PASCHOAL - PRTB - Eu rogo a V. Exa. o levantamento da presente sessão.

A SRA. PRESIDENTE - EDNA MACEDO - REPUBLICANOS - Ok. A senhora não tem que pedir desculpas, a senhora está certa.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo entre lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 15 horas e 04 minutos.

\*\*\*

## 29 DE JUNHO DE 2022 29ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidência: CARLÃO PIGNATARI e TENENTE NASCIMENTO
Secretaria: CAIO FRANÇA e DELEGADO OLIM

### RESUMO

ORDEM DO DIA
1 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Abre a sessão. Coloca em votação o PL 277/22.
2 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do PSOL.
3 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Anuncia a visita de Antônia Sales, deputada estadual no Acre.
4 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de presença.
5 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quórum.
6 - BARROS MUNHOZ
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do PSDB.
7 - GILMACI SANTOS
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do Republicanos.
8 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
9 - DOUGLAS GARCIA
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do Republicanos.
10 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Solicita à plateia o comportamento regimental.
11 - ALTAIR MORAES
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do Republicanos.
12 - CARLOS GIANNAZI
Para comunicação, faz pronunciamento.
13 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Comenta alteração na Presidência da Caixa Econômica Federal.
14 - ITAMAR BORGES
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do MDB.
15 - PROFESSORA BEBEL
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
16 - ISA PENNA
Para comunicação, faz pronunciamento.
17 - VINÍCIUS CAMARINHA
Encaminha a votação do PL 277/22, em nome do Governo.
18 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovado o PL 277/22, salvo emenda.
19 - MÁRCIA LULA LIA
Solicita verificação de votação.
20 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico. Anuncia a presença de autoridades dos municípios de Euclides da Cunha, João Ramalho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente e Guaraci.
21 - CARLOS CEZAR
Para comunicação, faz pronunciamento.
22 - BRUNO GANEM
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.
23 - MÁRCIA LULA LIA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PT.
24 - DOUGLAS GARCIA
Para questão de ordem, faz pronunciamento.
25 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Solicita à plateia o comportamento regimental.
26 - ANDRÉ DO PRADO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.
27 - CAIO FRANÇA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.
28 - GILMACI SANTOS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.
29 - RICARDO MELLÃO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Novo.
30 - REINALDO ALGUZ
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.
31 - ANALICE FERNANDES
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSDB.
32 - ISA PENNA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PCdoB.
33 - CARLOS GIANNAZI
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSOL.
34 - MARTA COSTA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.
35 - JORGE CARUSO
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.
36 - MARCIO NAKASHIMA
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.
37 - DELEGADO OLIM
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.
38 - ROBERTO MORAIS
Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Cidadania.
39 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Anuncia o resultado da verificação de votação, que aprova o PL 277/22, salvo emenda. Coloca em votação e declara rejeitada a emenda, com parecer contrário do congresso de comissões.
40 - MÁRCIA LULA LIA
Declara voto contrário ao PL 277/22, em nome do PT.
41 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em discussão o PL 247/22. Solicita à plateia o comportamento regimental. Suspende a sessão por cinco minutos, por conveniência da ordem, às 17h56min, reabrindo-a às 18h01min.
42 - CARLOS GIANNAZI
Discute o PL 247/22.
43 - TENENTE NASCIMENTO
Assume a Presidência.
44 - PROFESSORA BEBEL
Discute o PL 247/22.
45 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Assume a Presidência. Suspende a sessão por cinco minutos, às 18h33min, por conveniência da ordem, reabrindo-a às 18h40min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 247/22, salvo emendas e subemendas.
46 - DOUGLAS GARCIA
Para comunicação, faz pronunciamento.
47 - CARLOS GIANNAZI
Encaminha a votação do PL 247/22, salvo emendas e subemendas, em nome do PSOL.
48 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI

Coloca em votação e declara aprovado o PL 277/22, salvo emendas e subemendas.
49 - MÁRCIA LULA LIA
Declara voto contrário ao PL 247/22, em nome do PT.
50 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto contrário ao PL 247/22, em nome do PSOL.
51 - CAIO FRANÇA
Declara voto contrário ao PL 247/22.
52 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Coloca em votação e declara aprovadas as emendas 33, 444, 684, 698, 963 e 1.140, com pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara aprovadas as subemendas 1 a 12, com pareceres favoráveis da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Coloca em votação e declara rejeitadas as demais emendas englobadamente, com pareceres contrários da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.
53 - MÁRCIA LULA LIA
Declara voto favorável às emendas do PT.
54 - ENIO LULA TATTO
Para comunicação, faz pronunciamento.
55 - CARLOS GIANNAZI
Declara voto favorável às emendas do PSOL.
56 - ROBERTO MORAIS
Solicita a suspensão da sessão por cinco minutos, por acordo de lideranças.
57 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Defere o pedido. Convoca reunião extraordinária da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento a ser realizada hoje, em 2 minutos, em ambiente virtual. Suspende a sessão por cinco minutos, às 18h49min, reabrindo-a às 18h54min. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados os requerimentos de urgência aos PLS 255/21, 702/21, 177/22 e ao PR 11/22. Convoca sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término desta sessão.
58 - GIL DINIZ
Para comunicação, faz pronunciamento.
59 - PRESIDENTE CARLÃO PIGNATARI
Encerra a sessão.
\* \* \*
- Abre a sessão o Sr. Carlão Pignatari.
\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Votação do Projeto de lei nº 277, de 2022, de autoria do deputado Vinícius Camarinha e outros - Carla Morando, Mauro Bragato, Itamar Borges, Sebastião Santos, Reinaldo Alguz, Fernando Cury, Campos Machado, deputado Coronel Telhada, deputado Jorge Wilson, deputado Frederico d'Ávila, deputado Carlos Cezar, deputado Gil Diniz.

Para encaminhar pela liderança do PSOL, pelo tempo remanescente de três minutos e 26 segundos, deputado Carlos Giannazi.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Pela ordem, presidente. O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não, deputada Analice.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Na sequência, eu gostaria de encaminhar pelo PSDB, é possível?

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - É regimental.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Perfeito. Quero indicar o deputado Barros Munhoz para fazer esse encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Será encaminhado, deputada.

A SRA. ANALICE FERNANDES - PSDB - Muito obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Pois não.

Deputado Carlos Giannazi com a palavra.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público aqui presente, olha, nós estamos vivendo uma situação inusitada hoje aqui na Assembleia Legislativa. Nós somos totalmente contra esse PL 277, esse projeto da grilagem, esse projeto da reforma agrária para os ricos.

É um absurdo. Com 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil e milhões passando fome no estado de São Paulo, com mais de 120 milhões de pessoas em insegurança alimentar no País, com uma grande concentração fundiária histórica no Brasil e no estado de São Paulo, um estado que nunca teve reforma agrária, nós defendemos a reforma agrária para os pobres, para as pessoas que trabalham na terra. Essas pessoas que merecem ter acesso à terra, e não os ricos, grileiros, latifundiários.

É inusitado que a Assembleia Legislativa, em pouco tempo, em dois meses, apresente um projeto de lei, esse projeto seja aprovado a toque de caixa no congresso de comissões e entre em votação. Isso é um absurdo total.

A Assembleia Legislativa, além de ser um puxadinho do Palácio dos Bandeirantes, é um puxadinho também do grande poder econômico do estado de São Paulo. É um puxadinho do Palácio e um puxadinho dos latifundiários, de quem tem o poder político e econômico do nosso estado. (Manifestação nas galerias.)

Agora o inusitado é que um projeto como esse tramite em menos de dois meses praticamente - maio, nós nem terminamos junho ainda. E o nosso PDL 22, que acaba com o confisco, com o roubo, com o assalto dos aposentados e pensionistas, com o golpe, com o estelionato que foi feito contra milhares e milhares de aposentados e pensionistas, um PDL que já está pronto para ser votado, que tem assinatura de 50 deputados e deputadas pedindo para que ele seja pautado.

Um projeto que já foi sabotado inúmeras vezes aqui em várias comissões e foi aprovado duas vezes nas comissões, inclusive com uma emenda do presidente da Assembleia Legislativa, Carlão Pignatari, que na época era o líder do Governo.

O projeto está pronto para votação, está em regime de urgência, tem o apoio de mais de 300 câmaras municipais - que já aprovaram moções de apoio a esse PDL -, e o PDL não foi pautado até agora. Olha que absurda a diferença de tratamento: para os ricos, tudo, para os grandes invasores de terra. Esses são os invasores, e não o MST.

O MST defende reforma agrária, assentamento, agricultura familiar, agroecologia. (Manifestação nas galerias.) São vocês que produzem alimento para o povo.

Quem produz alimento para a população é o MST, são os assentamentos. Esses grileiros, latifundiários, fazendeiros estão a serviço do agronegócio, estão preocupados em exportar alimento para fora, não têm nenhuma preocupação com o mercado interno.

Então eu queria fazer essa denúncia, porque a aprovação desse projeto e a sabotagem ao PDL 22, dos aposentados e pensionistas, representa, minha gente, a desmoralização do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa está sendo desmoralizada.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Para concluir.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Pela aprovação desse projeto e pela sabotagem ao PDL 22, deputado Carlão Pignatari. Um absurdo isso. Nós não vamos denunciar isso. Um absurdo o que V. Exa. está fazendo.